

ILMO SENHOR CHEFE DA UNIDADE REGIONAL DA IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

A empresa **CONSTRUMASTER - CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA - EPP**, doravante denominada simplesmente **CONSTRUMASTER**, com sede na Rua Pedro Feitosa nº 02 - Centro, CEP: 65.755-000 em Joselândia/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.463.759/0001-90, neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Sr. **Antônio Calisto Vieira Neto**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 663435960, expedida pela SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 801.560.373-00, apresentar resposta ao e-mail.

A Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, prevê para a Administração Pública a obrigatoriedade de licitar. Esse Artigo foi regulamentado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A impugnante é empresa idônea, atuante na construção civil nacional, e tenta participar do presente certame para contribuir com sua expertise.

No entanto, fora questionado solicitado a informação acerca de quais serviços dos constantes nos atestados 809345/2019 e 811336/2019 são referentes aos serviços efetivamente prestados pela empresa **CONSTRUMASTER - CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA - EPP**.

No entanto no próprio corpo do referido atestado é possível constatação de que os serviços lá constantes são os efetivamente prestados pela empresa, além da existência de carta de anuência da subcontratação e, como forma de comprovar a veracidade juntamos no presente momento declaração expedida pelo Sr. Secretário Adjunto de Obras Rodoviárias informando "que o contrato principal se encontra concluído e todos os serviços subcontratados foram entregues conforme as normas técnicas vigentes".

Assim sendo, entendemos ter cumprido todas as exigências do edital e o pedido do e-mail, solicitando assim a continuidade do processo licitatório.

É certo que, em se tratando de contratos administrativos que envolvem serviços de engenharia, a Administração Pública deve exigir a comprovação do registro perante o Crea do responsável técnico e da sociedade a ser contratada.

Esta possibilidade decorre tanto do regulamento da profissão de engenheiro (Lei n. 5.194/66), quanto do art. 30, I, da Lei de licitações.

No entanto, as dúvidas surgem quando a análise chega na exigência de "*comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação*", disposta no inc. II do art. 30 da lei n. 8.666/93.

Antes de tratar desse ponto, é válido recordar que a capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em **capacidade técnico-operacional** e **capacidade técnico-profissional**.



Engº Heytor Correa Souza
Responsável Técnico
CREA/MA: 1116780291



Antônio Calisto Vieira Neto
Sócio Administrador
CPF: 801.560.373-00

E o documento hábil para comprovar a qualificação técnica fora devidamente juntado ao caderno de habitação, qual seja as Certidões de Acervo Técnicos devidamente acompanhadas dos respectivos atestados averbados pelo CREA.

Assim sendo, entendemos ter cumprido todas as exigências do edital e o pedido do e-mail, solicitando assim a continuidade do processo licitatório.

É o que se pede.

Joselândia (MA), 05 de fevereiro de 2020.

Atenciosamente,



Engº Héitor Correa Souza
Responsável Técnico
CREA/MA: 1116780291



Antônio Calisto Vieira Neto
Sócio Administrador
CPF: 801.560.373-00

